

Entre a pena e a espada: Foucault e a ciência da estratégia¹

Between the pen and the sword: Foucault and the Science of Strategy

Felipe Luiz
Universidade Federal de São Carlos, Brasi

Resumo

O objetivo do presente artigo é expor algumas semelhanças e dessemelhanças entre Foucault, sobejamente conhecido, o general francês André Beaufre, teórico da Estratégia e a noção de Poder Nacional tal qual se encontra exposta em alguns materiais teóricos de militares brasileiros. Primeiramente, algumas concepções de Foucault são apresentadas, especialmente aquelas que resvalam na questão do poder político e de noções aparentadas com os desenvolvimentos das ciências militares. Posteriormente, é a vez do general Beaufre entrar em nosso crivo, ao compararmos-lo a Clausewitz e Liddell Hart, teóricos tais qual ele da Estratégia. Após, a noção de Poder Nacional é apresentada. Por fim, faz-se rápido balanço da intersecção possível entre os três campos.

Palavras-chave: Foucault; estratégia; filosofia da guerra; Beaufre; Poder Nacional

Abstract

The aim of the present paper is to expose some similarities and differences between Foucault, very famous, the French general, André Beaufre, Strategy theoretician, and the notion of National Power, as it is found in some theoretical material of Brazilian military. First, some of Foucault conceptions are exposed, specially those who ink themselves with the question of the political power and notions akin to the Military Science's development. After, it's general André Beaufre time of being judged by us, as we compare him with Clausewitz and Liddell Hart, Strategy's theoreticians as him. After, the notion of National Power 's exposed. Finally, we make a balance of the possible intersection between the three exposés.

Keyword: Foucault; strategy; philosophy of war; Beaufre; National Power.

Informações do artigo

Submetido em 11/03/2023
Aprovado em 04/01/2024
Publicado em 15/01/2024.

 <https://doi.org/10.25247/P1982-999X.2024.v24n1.p64-78>



Esta obra está licenciada sob uma licença
[Creative Commons CC BY 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/)

Como ser citado (modelo ABNT)

LUIZ, Felipe. Entre a pena e a espada: Foucault e a ciência da estratégia. *Ágora Filosófica*, Recife, v. 24, n. 1, p. 64-78, jan./abr. 2024.

¹ Agradecemos à CAPES pelo financiamento desta pesquisa.

1 INTRODUÇÃO

A análise das relações de poder e sua colocação como grande tema filosófico, na forma das microrrelações, constitui certamente um dos traços mais marcantes do pensamento de Foucault. Ele reorienta os estudos nessa seara ao deixar de lado a mera análise da soberania em benefício da analítica dos efeitos das relações de poder nos corpos. As principais obras onde Foucault se detém sobre o poder são *Vigiar e Punir* e alguns cursos no *Collège de France*, onde Foucault fora professor por quase 15 anos, através da anatomopolítica. Outra reflexão importante de Foucault sobre as relações de poder encontra-se no primeiro volume da *História da Sexualidade*, desta vez sobre a forma do biopoder, aquela modalidade de relações de poder centrada na população, na vida enquanto fenômeno político. Duas grandes maneiras de se analisar o poder, portanto, a anatomopolítica, centrada nos corpos, e a biopolítica, centrada na vida. Elas são complementares, já que, para Foucault, as grandes estratégias de poder somente são possíveis porque os corpos encontram-se imersos em uma quadriculação infinitesimal, onde são adestrados, treinados e forjados, o que dará lume sujeitos aptos a serem comandados politicamente e explorados economicamente.

Em Foucault, a análise das relações de poder guarda algumas particularidades, conforme apontado. Primeiro, Foucault se interroga sobre as conexões entre poder e economia. Ele entende que as duas grandes tradições que se debruçaram sobre a questão das relações de poder na contemporaneidade, o marxismo e o contratualismo liberal, se apoiam em um economismo do poder. Economismo porque analisa o poder em face das relações econômicas, pensando-o ora sob a forma de um contrato, ora sob a forma de uma referência. Enquanto contrato, forma predominante no liberalismo, o poder é entendido como algo que aderimos e que alienamos em benefício da constituição da soberania política; como se o poder fosse um bem do qual possamos nos desfazer para a constituição do Estado e suas instituições. Já o marxismo pensaria que o poder serve para reconduzir relações econômicas de exploração, como se a funcionalidade do Estado se resolvesse em sua relação com a economia. Desse modo, múltiplas relações infraestatais ou paraestatais

escapam à análise dessas correntes, relações estas que Foucault pretende evidenciar ao indicar, por exemplo, as relações entre médicos e pacientes ou entre carcereiros e detentos ou, ainda, aquelas que se desenrolam no seio da família.

Foucault se indaga o que seria possível para se fundar uma analítica do poder fora da economia:

O problema que se constitui a questão de minhas pesquisas das quais eu falo pode, eu penso, se compor da maneira seguinte. primeiramente: o poder é ele sempre em uma posição segunda em relação à economia? é ele sempre finalizado e como funcionalizado pela economia? o poder há por razão de ser e de fim servir à economia? (Foucault, 1997, p. 15).

Ele pensa, em primeiro lugar, que o poder não é uma coisa que pode ser dada ou alienada, mas que é um exercício, portanto, somente existe em ato. Outra afirmação seria de que as relações de poder seriam relações de força. Diante disto, Foucault se interroga qual seria o mecanismo desse poder e propõe duas hipóteses: a primeira, de que o poder seria repressão, de forma que a analítica de uma repressão seria o modelo mais privilegiado para seu estudo; a segunda de que o poder seria a guerra — a política nada mais seria senão “a guerra continuada por outros meios” (Foucault, 1997, p. 16), de modo que o melhor modelo para sua análise seria um modelo belicoso. Isso significaria que as relações de poder servem para reconduzir um desequilíbrio de forças manifestado na e pela guerra, de forma a perpetuar, sob a paz civil, uma guerra constante que prossegue.

Destarte as relações de poder estabelecem fatos de dominação e de assujeitamento. Não à moda marxista, onde todo o edifício do poder é pensado como derivando do controle que uma classe exerce sobre os mecanismos de produção e, destes, são deduzidas as instituições do poder político, onde a economia determina em última instância as relações políticas (Althusser, 1985, p. 60). Para Foucault trata-se de como os diferentes sujeitos se dominam em suas relações múltiplas e estabelecem assujeitamentos díspares. Ou seja, trata-se de microrrelações. Sem estas pequenas dominações não seriam possíveis as grandes estratégias de submissão, os grandes aparatos políticos. O mestre francês considera que esse modelo centrado em torno de uma classe que

domina, um modelo jurídico, foi se constituído ao longo do tempo em torno do rei e de como ele encarnava a soberania. Ou seja, o marxismo opera com um modelo pensado para um Estado absolutista, que não consegue apreender adequadamente as relações de poder em uma sociedade como a ocidental de meados do século XX.

Essas relações de poder não operam sem fazer referências à verdade. O poder político no Ocidente produz e requer verdades para se firmar. Foucault inicia sua pesquisa sobre a instituição psiquiátrica e mostra como esta se organiza a fim de extrair verdade e impor verdade para os internos do asilo. É produzida uma massa de saber sobre os sujeitos, discursos que operam na base das relações de poder. Não se trata, pois, para Foucault, de investigar a formação de algo como uma ideologia; mas, sim, de analisar os discursos que as relações de poder formam e, ainda mais do que isso, os mecanismos através dos quais esse saber é extraído dos sujeitos assim constituídos.

Foucault pretende analisar o poder não em termos de soberania, seja ela monárquica ou democrática, mas na sua ponta, lá onde as relações de poder se formam, tocam o indivíduo. Analisá-las em sua aplicação, em sua mecânica de funcionamento, onde o poder encontra o corpo e organiza uma corporeidade em sujeito assujeitado. Além disso, ele evita análises psicológicas de intenção, onde se questionaria o que pensam aqueles que detêm o poder – o que Foucault considera um erro; ele prefere questionar o poder em um campo de pura externalidade, quer dizer, do ponto de vista de seus efeitos reais sobre a sociedade e os corpos. Mas não se trata de pensar que haveria um centro de onde emana poder e que se investe sobre os corpos. As relações de poder são reticulares, elas circulam. “O poder funciona” (Foucault, 1997, p. 26). O sujeito é já um efeito das relações de poder, que, em uma relação tensa, tênue e sempre reinvestida, se aplica sobre corpos, forjam sujeitos, assujeitam. Sujeito, afinal de contas, tem um duplo significado, tanto de parte ativa, como passiva: estar sujeito a algo. Foucault se debruça sobre essa dicotomia para mostrar como as relações de poder fabricam sujeitos (Foucault, 1997, p. 37). O que interessa à burguesia não é o louco, a família ou os delinquentes, mas os mecanismos de poder que se exercem sobre eles, essas redes de controle político e produção de verdade e de sujeitos.

Para ele, trata-se de apontar os operadores de dominação e como estes se apoiam entre si a fim de desenhar estratégias globais. Ou seja, descrever as táticas que permitem o desenho das estratégias na forma dos diferentes dispositivos de uma sociedade. Um dispositivo, quer dizer, um feixe de discursos, leis, saberes e instituições que servem para dominar sujeitos e garantir sua produção.

Foucault nos brinda com um modelo de guerra para analisar o poder. Ele se indaga se “as noções de tática, de estratégia, de relações de força” (Foucault, 1997, p. 18) são válidas para analisar o poder. Esse questionamento se repete em outros textos. Por exemplo:

O poder é essencialmente uma relação de força, então, até um certo ponto, uma relação de guerra, e, por consequência, os esquemas que devemos utilizar não devem ser emprestados à psicologia ou à sociologia, mas à estratégia. E à arte da guerra” (Foucault, 1994c, p. 87).

No curso *É preciso defender a sociedade*, que analisamos acima, Foucault se detém sobre essa forma de analisar o poder a partir de um modelo bélico. Ele recua até a Revolução Inglesa para mostrar que *diggers* e *levellers* analisavam a monarquia inglesa nestes termos. Como se sabe, a Inglaterra moderna é fruto de uma miscigenação de distintos povos: celtas, anglos, saxões, romanos, normandos. A monarquia de então (século XVII) foi estabelecida quando Guilherme normando invadiu a Inglaterra com seu exército e a conquistou. Assim, as instituições da monarquia inglesa eram tomadas como fruto de uma guerra, como o direito que um povo, os normandos, adquiriram sobre o país após uma vitória nos campos de batalha. As leis, a língua, os costumes, a própria coroa — tudo isso é colocado como extensão de uma vitória militar que servia para submeter o povo: “é enquanto chefe dos normandos que o rei se encontra efetivamente em posse, proprietário da terra inglesa” (Foucault, 1997, p. 88). A história inglesa é analisada em termos de guerra de raças; o povo revolucionário compreende-se como uma raça diferente daquela da nobreza e do rei, chefe desta. A história, até então utilizada para narrar os feitos do rei ou sua genealogia, é, agora, entendida como espaço destinado a decifrar o presente em termos de um enfrentamento.

Se a guerra como instrumento de análise foi utilizada em termos revolucionários na Inglaterra do século XVII, ela será viabilizada como discurso reacionário na França do Iluminismo. Foucault (1997) analisa detidamente um teórico da nobreza francesa, Boulanvilliers, que também pensou a sociedade francesa em termos de guerra de raças. A França, como a Inglaterra, passou por sucessivas vagas de ocupação estrangeira que resultaram na monarquia do século XVIII. Dos gauleses originais, passando pelos romanos, até a invasão dos francos, o país da Revolução foi marcado por essas ondas de povos estrangeiros, que se aclimataram à terra. Boulanvilliers argumenta que o rei nada mais seria senão o chefe militar dos francos que formaram a nobreza, em quem a lealdade real deveria residir, não com o povo galorromano. Trata-se de um discurso que visa relocalizar o rei em relação às forças em luta naquela sociedade. Os romanos derrotaram os gauleses e foram derrotados pelos francos. Competiria a estes o domínio do reino da França — o rei governa em nome da aristocracia franca.

Foucault enxerga nessas teorizações da guerra, enquanto melhor modelo para a análise de uma formação social, a origem de dois grandes discursos que se tornaram fortes no final do século XIX: a guerra de raças, que redundaria no nazismo, e a guerra de classes, que encontrou carreira fértil nas mãos dos socialistas.

2 A ESTRATÉGIA

Pretendemos indagar, com o próprio Foucault, a validade do instrumental oriundo da ciência da Estratégia para se pensar as relações de poder. A guerra é uma realidade muito antiga, acompanha as sociedades humanas há milênios. Da mesma forma as teorizações acerca da guerra também são longínquas. Chaliand mostra como já na Mesopotâmia se pensava a guerra. Podemos ainda fazer referências à Bíblia (Chaliand, 1990, p. 6), à mitologia (já que Ares era, por exemplo, o deus da guerra), etc. Até mesmo os primeiros livros de História, como os de Heródoto ou Tucídides, se desenrolam em torno de guerras. E, na *Teogonia*, Hesíodo nos narra guerras que os deuses travam entre si. Pensar a guerra é algo muito antigo, ainda mais antigo que a própria Filosofia.

Embora sejam pristinas, essas reflexões são, ao mesmo tempo, recentes, dado que o instrumental para a reflexão sobre a guerra é mais coevo. Na Antiguidade, temos sobremaneira descrições ou breves comentários; por exemplo, de Tucídides sobre a estratégia que Péricles traçou para a guerra contra os espartanos, que Chaliand (1990) reproduz. A própria palavra *estratégia*, nodal para se pensar a guerra hodiernamente, somente entra no vocabulário *savant* muito recentemente. Os gregos utilizavam outras palavras para abordar o saber dos generais, como *strategike episteme* (ciência do general) ou *strategon sophia* (sabedoria do general) (Luttwak, 2001, p. 267). Ainda Napoleão utilizava o termo *grande tática* para pensar o que mais tarde será referido como estratégia. Somente com Bülow, um intérprete prussiano das guerras napoleônicas, o termo *estratégia* ganhará os contornos que hoje lhe damos. Mas o projeto de Bülow era muito diferente do que se constituiria a estratégia tempos depois. Para Bülow, no espírito do século, tratava-se de reduzir o conflito entre forças a um denominador comum, uma herança do *páthos* cientificista do século XVIII. Assim, ele matematiza a guerra, reduzindo-a a princípios geométricos, como se a guerra pudesse ser explicada por linhas, pontos, etc. (Palmer, 1986, p. 91-119). Esse espírito matematizante seguirá vivo até mesmo em um pensador como Jomini, século XIX adentro (Shy, 1986, p. 143-185).

Mas é com Clausewitz que a ciência da Estratégia alcança seu ponto alto. Clausewitz, citado e invertido por Foucault, concebe que a guerra é a política continuada por outros meios. Para ele há dois conceitos de guerra, a real e a abstrata. A abstrata é guerra sem peias, quando pode se desenvolver livremente. Mas ela é modulada pela realidade, de modo que nunca é a violência utilizada em seu mais alto grau. A guerra é “um duelo em uma escala mais vasta [...] a guerra é, pois, um ato de violência destinado a forçar o inimigo a submeter-se à nossa vontade” (Clausewitz, 1996, p. 7). Já a estratégia é pensada como a articulação tática das batalhas que visa o objetivo da guerra. Ou seja, estabelece-se uma relação entre tática e estratégia.

Clausewitz passa à história, se dermos razão ao coronel britânico Liddel Hart (1991), como defensor de uma estratégia de enfrentamento direto entre dois exércitos. Em seu livro *Strategy*, o inglês trata de mostrar como Clausewitz

pensou a estratégia direta, ao mesmo tempo que, na história dos conflitos militares, nos diz, quem vence se vale daquilo que ele chama de estratégia de aproximação indireta, que pode ser pensada como evitar o confronto de duas massas humanas em benefício de uma aproximação lateral, seja pelos flancos, seja pelas linhas de suprimento do inimigo, suas linhas de comunicação etc.

É com Beaufre, entretanto, que a estratégia é alargada. Enquanto Liddel Hart ainda a pensava sobremaneira como de abrangência somente militar, com a Grande Estratégia a ocupar parte diminuta de seu texto, Beaufre alarga o conceito de estratégia para que ele compreenda todas as áreas de atuação de um Estado. Ao menos desde Sun Tzu se sabe que a estratégia guarda relações com a política, mas é com Clausewitz, ademais, ocidental (o que facilitou, neste lado do globo, o acesso a seu livro), que estas ligações se tornam explícitas. Beaufre não as ignora, ao contrário formula explicitamente esta relação. Contudo, ao contrário de Clausewitz ou Liddel Hart, que pensavam que haveria uma estratégia determinada, pavimento certo da vitória, em Beaufre a estratégia não aparece como certa organização das forças, mas como um método de pensamento. Quer dizer, não há uma estratégia certa e uma equivocada, mas somente estratégias adequadas a certas correlações e estratégias inadequadas, equivocadas desde o ponto de vista da consecução de seus objetivos dada uma correlação de forças.

Beaufre nos diz que, com a guerra moderna e o alargamento de seu campo, a definição da estratégia como arte do general tornou-se insuficiente, já que ela abrange a diplomacia também, por exemplo. Com isto, especialmente com os resultados da Grande Guerra de 1914-1918, alguns tentaram preterir a Estratégia em benefício de outras áreas, como a ciência. Acreditavam que, dada a evolução das técnicas e os impasses da Guerra, na qual Clausewitz era tido como o principal teórico, toda a Estratégia estava condenada. Beaufre argumenta que isso se deveu do fato de se considerá-la como a única possível. Para Beaufre faz-se necessário uma teoria geral da guerra que abarque todos os problemas postos, inclusive aqueles que surgiram com as armas atômicas.

A definição antiga de Estratégia, como “a arte de empregar as forças militares para atingir resultados fixados pela política” (Beaufre, 1963, p. 26) foi ultrapassada. Para ele, esta é uma definição que se restringe às armas. Ele

propõe uma definição alternativa, como “arte de fazer a força concorrer para atingir os objetivos da política” (Beaufre, 1963, p. 26). Continua Beaufre (1963, p. 27): as outras partes da arte militar, com a Tática (“arte de empregar as armas no combate para obter o melhor rendimento”, e a Logística (“ciência dos movimentos e dos suprimentos”), dizem respeito às coisas materiais, guardam um caráter científico concreto, análogo à arte do engenheiro.

É comum associar a Estratégia com o gênio militar. A Estratégia não se situa nem no plano material nem do da política, mas no jogo das vontades; ela é “a arte da dialética das vontades, empregando a força para resolver seu conflito” (Beaufre, 1963, p. 27). A finalidade da estratégia é atingir os objetivos postos pela política, objetivos que podem ser ofensivos, defensivos ou de *status quo*. A decisão que se busca é de ordem psicológica, visto que se quer que o adversário aceite que prosseguir na luta é inútil, o que nem sempre decorre da derrota militar.

A Estratégia, diz Beaufre, dispõe de meios materiais e morais. Sua arte consiste em selecionar os meios disponíveis e combiná-los para produzir o efeito psicológico eficaz o suficiente para encetar as consequências morais almejadas. Deve-se escolher os meios seja segundo nossas disponibilidades, seja segundo as fraquezas do adversário. É mister saber quem se quer convencer, que é sempre o governo adversário, mas pode-se atuar sobre seus dirigentes, sobre um governo aliado, sobre a opinião pública; é necessário saber selecionar os argumentos e, caso necessário, utilizar a força. Nem sempre a vitória militar, que destrói as forças inimigas, como quis Clausewitz, é possível, ou, senão, envolve muitos riscos.

Para Beaufre, dados estes elementos, é certo que se deve elaborar um plano estratégico que contenha as ações a serem empreendidas e as possíveis reações do inimigo, sem esquecer as reações internacionais que nossa ação e a consequente reação podem ocasionar. Beaufre apresenta, então, uma série de modelos estratégicos, que variam segundo nossos meios, os objetivos e a liberdade de ação. Ele nos brinda com cinco modelos (os quais não são os únicos possíveis), que podem ser divididos em dois, a estratégia direta, à moda de Clausewitz, e a estratégia indireta, com muitos teóricos, mas que ficou famosa com os escritos de Liddel Hart, prefaciador do livro de Beaufre. Cada modelo

corresponde a uma situação específica e, malgrado seus teóricos apresentem cada um deles em particular, eles são os melhores para situações *sui generis*; é papel da Estratégia conceber qual o melhor para cada correlação de forças, através do raciocínio estratégico, que consiste em analisar os elementos do diagnóstico, e sintetizá-lo. Beaufre define ainda o que seria o raciocínio tático ou logístico, o qual é formado na racionalização dos meios para determinados fins; e o raciocínio político, o qual aprecia o desejado ou admissível, dando lugar preponderante à psicologia e à intuição. O raciocínio estratégico combina dados psicológicos e materiais, com o que objetiva seu fito.

Para Beaufre, a Estratégia é uma no objetivo e no método, mas subdivide-se na aplicação, posto que se leva em conta dados materiais, variáveis segundo o tipo de conflito, por exemplo, terrestre ou naval, produzindo sistemas de consequências também diferentes. As estratégias são diferentes, malgrado interdependentes, e a arte consiste em saber combiná-las dado o objetivo. No topo das estratégias estaria a estratégia total, que define a missão, combina as estratégias diferentes (econômica, diplomática e militar), e está diretamente subordinada ao chefe de governo e seus assessores de defesa. Em cada um dos ramos (militar, político, diplomático) há um nível de estratégia entre a concepção e a execução, a estratégia operacional, que consiste em saber conciliar os objetivos da estratégia geral com as disponibilidades táticas.

Quanto aos princípios da estratégia, para os autores clássicos existiriam regras estáveis capazes de guiar a ação. Não se crê mais nisto atualmente, diz Beaufre:

Mas a estratégia é somente um meio. A definição dos objetivos que ela deve atingir pertence ao domínio da política e decorre, essencialmente, da filosofia que se quer ver dominar. O destino do homem depende da filosofia que ele escolherá para si e da estratégia pela qual ele procurará fazê-la prevalecer (1963, p. 60).

Há relação possível entre Beaufre e Foucault? Cremos que sim, na medida em que Beaufre pensa a estratégia como um método de pensamento. Será uma aproximação superficial com o pensamento de Foucault? Este opera com cinco conceitos diferentes de estratégia. Um, arqueológico, o qual nos interessa muito pouco neste quinhão. O segundo, de estratégia sem sujeito, que

preferimos nomear de estratégia histórica, é mais promissor; através dele se indica como se forma um dispositivo em um contexto de batalha. Os outros três, que ele discrimina em uma entrevista (Foucault, 1982, p. 224-225), podem ser agrupados em uma mesma rubrica, a de estratégia de comando; se referem ao modo como se deve proceder a fim de vencer uma disputa. Os usos que Foucault faz desse conceito parecem se adequar para pensar a formação do Poder Nacional, conceito caro à estratégia contemporânea (Escola Superior de Guerra, 2019). Será ele suficiente para tanto? Ou significa um retorno à análise de uma soberania, o que Foucault rechaça?

3 O PODER NACIONAL

Vejamos um exemplo, o Poder Nacional. A Estratégia considera o mundo repartido em distintas unidades políticas, os Estados. O Poder Nacional é maior que um Estado. Ele baseia-se em uma sociedade, e difunde seus valores e perspectivas, além de os defender. Ou seja, trata-se de projetar à escala das relações internacionais uma axiologia. Pensemos no Brasil. A Escola Superior de Guerra (ESG) acredita que os valores fundamentais da nação brasileira são a igualdade, a liberdade e a fraternidade. Quanto à liberdade, salienta-se a dignidade da pessoa humana bem como sua irredutibilidade. Essa visão se assenta em uma certa interpretação tomista. Quando a ESG (1949) surge o neotomismo desfrutava de grande alcance no Brasil. Ou seja, os valores cristãos, mais exatamente católicos, são projetados como valores fundamentais do Brasil. Os demais valores, expressões de um certo liberalismo, são tomados como também fundamentais da nação brasileira, a ponto que o Poder Nacional do país se esforça em projetá-los no mundo (Escola Superior de Guerra, 2019, p. 17-52). Esses valores fazem parte do ordenamento jurídico brasileiro, estão inscritos na Constituição da República.

Assim, segundo essa axiologia, uma sociedade se dota de objetivos, suas metas, que ela intenta que se realizem para buscar o bem comum de sua sociedade, de sua própria população. Esses constituem os Objetivos Nacionais, que podem ser divididos em Objetivos Fundamentais, Objetivos de Estado e Objetivos de Governo. Os Objetivos Fundamentais intentam as mais altas

expressões de uma comunidade, aquilo que de mais importante ela considera para seu próprio futuro pautada em sua história enquanto formação social específica. Os Objetivos de Estado são um meio termo entre os Objetivos Fundamentais e os Objetivos de Governo, ao mesmo tempo mais permanentes que estes, mas mais transitórios que aqueles. Já os Objetivos de Governo variam conforme o grupo que ascendeu ao controle do Estado em uma eleição, por exemplo. Mas eles devem ser acordes com os demais objetivos (Escola Superior de Guerra, 2019, p. 17-52).

Os Objetivos Nacionais são expressões de uma vontade, ou seja, eles apontam para aquilo que dada formação social intenta ver realizado no mundo. Por si só, não conseguem se tornar realidade. É necessário um poder para concretizar essa vontade. Eis o papel do Poder Nacional, visto que ele é a chave para a realização dos Objetivos. Em resumo: a nação, enquanto sociedade, é marcada por valores comuns, por uma mesma visão de mundo, por Objetivos que ela intenta que se tornem realidade. Os meios que essa nação dispõe para realizar seus Objetivos formam o Poder Nacional. O principal representante do Poder Nacional é o Estado, que é “a Nação politicamente organizada” (Queiroz Lima, apud ESG, 2019, p. 32). Um Estado tem como função ordenar os instrumentos que uma nação dispõe a fim de realizar seus Objetivos.

O Poder Nacional é composto por diversas capas, ditas expressões. Estas são formas através das quais uma nação consegue manobrar visando lograr seus Objetivos. As expressões do Poder Nacional são: econômica, política, psicossocial, científico-tecnológica e militar. Para a ESG, o Poder Nacional possui três Fundamentos: o Homem, a Terra e as Instituições. Variáveis no tempo e no espaço, esses Fundamentos constituem elementos suficientemente fixos de modo a vincarem no real geohistórico um ponto de ancoragem. Os Fundamentos possuem Fatores, mutuamente influenciáveis; e estes possuem Organizações e Funções, que são mais variáveis que os ditos Fatores.

Desta forma, podemos dizer que o Poder Nacional é um meio:

Há que se entender o poder como um meio para a produção de efeitos. por isso, muito mais que a preocupação com o poder sobre o que se tem em vista é o poder para. o poder nacional é

instrumento, sendo incorreto vê-lo como um fim em si mesmo (escola superior de guerra, 2019, p. 33).

Em outros termos, [...] “por isso entende-se que o Poder Nacional é o instrumento de que dispõe a Nação para conquistar e manter seus objetivos” (Escola Superior de Guerra, 2019, p. 34). Conforme mostrado na análise de Beaufre, a Estratégia é a ciência dos meios, visto que, através dela, os objetivos fixados pela política, a partir de uma base axiológica, podem se realizar ou não. Os Objetivos Nacionais fixam as metas, que são executáveis através de um Poder Nacional, e executados pela Estratégia, a qual comporta vários níveis, não só militares. Eis a análise da ESG.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como conciliar essa análise fortemente centrada no Estado e que rasura as divergências de uma sociedade, ou seja, seus conflitos, em benefício de uma unidade expressa em Objetivos, com um viés foucaultiano, que justamente busca desfazer as unidades, mostrar as pugnas, que considera que a política é a guerra em outra expressão? Cremos que uma análise de tipo genealógica serve justamente para mostrar a formação de um Poder Nacional em suas componentes. Ela pode explicitar como esse Poder Nacional, esses Objetivos Fundamentais são, na verdade, aparentes e que, por trás deles há sorrisos desfeitos, dores, estigmas e chagas. O Poder Nacional é uma invenção que esconde as dominações, que oculta os conflitos que vincam uma nação, ela mesma uma criação política. Ou seja, a genealogia serve para, através de pesquisas, mostrar que somente através de micropoderes é possível as grandes estratégias.

A genealogia pode analisar o Poder Nacional, conforme apontado; mas, pode ela se servir das categorias tipicamente militares, como Nação, Objetivos Fundamentais, Estratégia Operacional, etc. para seus próprios fins? A nosso ver, a resposta pode variar. Alguns conceitos podem ser apropriados; outros, demasiadamente estatistas, devem ser evitados. Foucault ou não conhecia de perto a Estratégia tal qual praticada pelos militares ou, ao contrário, tinha em mente uma outra. Foucault não mirava a Estratégia como ciência dos meios do

Poder Nacional tal qual entendem, por exemplo, os militares brasileiros. Ele forjou instrumentos de luta para as capas excluídas da sociedade, para os dominados, os marginais, os sujeitados. Assim, uma Estratégia foucaultiana seria uma contraciência, destinada a quebrar os valores que os caudatários do Estado tomam como sendo os valores da sociedade, em benefício de uma análise que disponibilizasse aos *declassés*, aos silenciados a possibilidade de assumirem uma voz: a sua.

REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**. Tradução: J.A. Guilhon de Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- BEAUFRE, André. **Introduction á la stratégie**. Paris : Armand Colin, 1963.
- CHALIAND, Gérard. **Anthologie mondiale de la stratégie**. Paris: Robert Lafont, 1990
- CLAUSEWITZ, Carl Von. **Da guerra**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG). **Fundamentos do poder nacional**. Rio de Janeiro: ESG, 2019.
- FOUCAULT, Michel. **Dits et écrits 1954-1988: III 1976-1980**. Paris: Gallimard, 1994c.
- FOUCAULT, Michel. **Il faut défendre la société**. Paris : Seuil/Gallimard, 1997
- FOUCAULT, Michel. DREYFUS, Hubert, RABINOW, Paul. **Michel Foucault: Beyond Structuralism and hermeneutics**. Chicago: University of Chicago Press, 1982.
- LIDDELL HART, Basil. **Strategy**. 2. ed. New York: Meridian Book, 1991.
- LUTTWAK, Edward. **Strategy: the logic of war and peace**. Cambridge/London: Belknap Press of Harvard University Press, 2001.
- PALMER, Richard. Frederick the Great, Guibert, Bülow: From Dynastic to National War. *In: PARET, Peter et alii. Makers of modern strategy: from Machiavelli to the Nuclear age*. Princeton: Princeton University Press, 1986, p. 91-119.
- SHY, John. Jomini. *In: PARET, Peter et alii. Makers of modern strategy: from Machiavelli to the Nuclear age*. Princeton: Princeton University Press, 1986. p. 143-185.

DADOS DO AUTOR

Felipe Luiz

Bacharel (2018), Mestre (2021) e Licenciado (2022) em Filosofia pela Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, campus Marília, foi bolsista PIBIC-CNPq no período 2008-2010, tendo atuado principalmente nos seguintes temas: História da Filosofia (em torno de Michel Foucault) Filosofia Política, Psiquiatria e Psicanálise. Posteriormente, dedicou-se a pesquisar as relações entre o pensamento libertário e o pós-estruturalismo francês. Atualmente trabalha no sentido de desenvolver a noção de "Filosofia da Guerra", tendo pesquisado no mestrado "O conceito de estratégia em Michel Foucault". Atualmente é Doutorando em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos com o projeto "A filosofia de guerra de Michel Foucault". E-mail: gumapoldo51@yahoo.com.br